

Doutrina

[INCONFIDÊNCIA CONSTITUCIONAL](#)

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

[A INEXISTÊNCIA DE UM SISTEMA ELEITORAL MISTO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA ADOÇÃO DO SISTEMA ALEMÃO NO BRASIL](#)

Luís Virgílio Afonso da Silva

[A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL](#)

Maria Garcia

[LIBERDADE DE OPINIÃO, LIBERDADE DE INFORMAÇÃO: mídia e privacidade](#)

Tércio Sampaio Ferraz Júnior

[A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E A IDEOLOGIA DO INTÉRPRETE](#)

Maria Célia de Araújo Furquim

[O PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E A "COMPETÊNCIA" DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS PARA APRECIAREM MATÉRIA CONSTITUCIONAL](#)

Dalton Luiz Dallazem

[A LEGITIMIDADE DO PODER CONSTITUINTE](#)

Freddy Lourenço Ruiz Costa

[MEIO AMBIENTE - A CONTRIBUIÇÃO DO JURISTA](#)

Jônathas Silva

[DA INVIOABILIDADE DE DADOS: inconstitucionalidade da lei 9.296/96 \(lei de interceptação de comunicações telefônicas\)](#)

José Henrique Barbosa Moreira Lima Neto

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Flávia Piovesan

OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE NO DIREITO CONSTITUCIONAL

Luis Roberto Barroso

A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

Geraldo Brindeiro

RETROATIVIDADE, EFICÁCIA IMEDIATA E PÓS-ATIVIDADE DAS LEIS: SUA CARACTERIZAÇÃO CORRETA, COMO INDISPENSÁVEL PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL

Fernando Noronha

PRINCÍPIOS DE PROCESSO CIVIL APLICÁVEIS AO PROCEDIMENTO DE OUTORGA DE LICENÇA URBANÍSTICA

Manoel Jorge E Silva Neto

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOB A PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Rogério Emílio de Andrade

A LIBERDADE DOS TRABALHADORES E A MODERNIDADE: DIREITOS E GARANTIAS

Sérgio Alberto de Souza

O CONTROLE INCIDENTAL DE NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO

Gilmar Ferreira Mendes

MANDADO DE INJUNÇÃO E INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

Luís Cesar Souza de Queiroz

Jurisprudência

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO. Mandado de segurança. Punição disciplinar. Licença-gestante. Impossibilidade de desconto dos dias paralisados no período de afastamento. Postergação da pena para momento futuro. Constituição Federal, art. 7.º, XVIII.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. Mandado de segurança. Incorporação aos proventos de gratificação pelo exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento. Direito adquirido. Transformação em vantagem pessoal, com redução de valor remuneratório. Reestabelecimento e vantagem fixada pela Lei 9.030/95, operante de efeitos pretéritos. Medida Provisória 1.160/95.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. Mandado de segurança coletivo. Vantagem específica da categoria. Banco Central. Diferenças de "empréstimo pecuniário". Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Formulação, Promoção e Fiscalização da Política da Moeda e do Crédito. Legitimidade ativa para a causa. Art. 5.º, LXX, b, e 8.º, III.

Tribunal Regional Federal da 4.^a Região

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. Mandado de segurança. IOF. Lei 8.033/90. Aplicações financeiras. Entidade de assistência social. Imunidade. Segurança concedida.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - Ação ordinária - Manutenção da Jornada de 6 (seis) horas para servidores do INSS, atualmente regidos pela Lei 8.112/90 - Decreto 1.590/95 e Resolução 172/95 - Inexistência de direito adquirido à jornada reduzida - Antecipação dos efeitos da tutela - Art. 273 do CPC - Impossibilidade.
